

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA INTEGRADA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ALICE SCUSSEL

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
INTERNADOS: PAPEL DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE UM HOSPITAL
DE ALTA COMPLEXIDADE**

Porto Alegre, 2023.

ALICE SCUSSEL

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
INTERNADOS: PAPEL DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE UM HOSPITAL
DE ALTA COMPLEXIDADE**

Trabalho de Conclusão de Residência apresentado ao Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Hospital de Clínicas de Porto Alegre como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Saúde da Criança.

Orientadora: Ângela d'Avila Harthmann
Co-orientadora: Dolores Sanches Wunsch

Porto Alegre, 2023.

CIP - Catalogação na Publicação

Scussel, Alice
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES INTERNADOS: PAPEL DA EQUIPE
MULTIPROFISSIONAL DE UM HOSPITAL DE ALTA COMPLEXIDADE
/ Alice Scussel. -- 2023.
48 f.

Orientador: Ângela d'Avila Harthmann.

Coorientador: Dolores Sanches Wünsch.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Hospital de
Clínicas de Porto Alegre, Residência Multiprofissional
em Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Acolhimento institucional. 2. Equipe
multiprofissional. 3. Política de saúde. 4. Saúde da
criança. I. d'Avila Harthmann, Ângela, orient. II.
Sanches Wünsch, Dolores, coorient. III. Título.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	7
2.1 QUESTÕES LEGAIS DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES...7	
2.2 EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	8
2.3 SERVIÇOS DE PEDIATRIA E NEONATOLOGIA DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE.....	10
2.4 PROGRAMA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE.....	10
3 JUSTIFICATIVA.....	12
4 OBJETIVOS.....	13
4.1 OBJETIVO GERAL.....	13
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
5 MÉTODOS.....	14
5.1 TIPO DE ESTUDO.....	14
5.2 LOCAL.....	14
5.3 PARTICIPANTES.....	15
5.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	15
5.4.1 Critérios de Inclusão.....	15
5.4.2 Critérios de Exclusão.....	15
5.5 PROCEDIMENTO E COLETA DOS DADOS.....	15
5.6 ANÁLISE DOS DADOS.....	16
5.7 ASPECTOS ÉTICOS.....	17
6 RESULTADOS	18
7 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE A.....	45
APÊNDICE B.....	47
APÊNDICE C.....	48

1 INTRODUÇÃO

No presente estudo, propõe-se analisar e refletir acerca do papel da equipe multiprofissional do Hospital de Clínicas de Porto Alegre no processo de acolhimento institucional, e identificar como se desenvolve a preservação dos direitos das crianças e adolescentes internados. Essa equipe de profissionais da saúde de diferentes áreas, principalmente através do Programa de Proteção à Criança, mas não unicamente, analisa casos de suspeita de violação dos direitos das crianças internadas e, quando necessário, elabora documentos pertinentes para, junto à rede, reavaliar a permanência dos pacientes no núcleo familiar. Núcleo esse que receberá informações e auxílio para que a criança possa permanecer em seu meio, desde que garantida a permanência e proteção de seus direitos. Quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa (BRASIL, 1990, art. 92), pelo motivo de infringência de direitos, a equipe multiprofissional do Hospital opta pela possibilidade de acolhimento institucional, através do trabalho coletivo e interdisciplinar.

A relevância da temática deste Trabalho de Conclusão de Residência - TCR se dá pelo grande número de profissionais envolvidos no cuidado dos pacientes internados, e que atentam para as situações onde os direitos das crianças e adolescentes são infringidos. Um dos papéis desses trabalhadores é notificar toda a equipe a qual está tratando o processo de doença/saúde para juntos determinarem as melhores soluções na resolução das violações de direitos diagnosticadas. Papel esse muitas vezes culturalmente atribuído aos assistentes sociais componentes da equipe, o que acaba por sobrecarregar um núcleo específico de trabalhadores (serviço social) e excluir o dever de que todo e qualquer cidadão/profissional necessita notificar violências relacionadas a esse público.

Além disso, reitera-se a importância do estudo pela crescente falta de condições por parte das famílias brasileiras em assegurar uma vida saudável em sua totalidade, no sentido do completo bem estar físico, mental e social (OMS, 1946), para as crianças e adolescentes dependentes de seus cuidados, sendo passíveis de medidas protetivas asseguradas pela sociedade em geral, principalmente profissionais que atuam diretamente na análise de sua realidade. Nisso, incluem-se profissionais de saúde de diferentes áreas, como é o caso dos trabalhadores do HCPA, que conta com equipe multiprofissional no atendimento dos pacientes pediátricos internados.

Essa equipe atuante no HCPA, ao contar com uma gama de profissões diferenciadas e não comumente vistas dentro dos hospitais (profissionais da Educação Física, enfermeiros,

fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, médicos, farmacêuticos), também atua no sentido de romper com o estereótipo médico-centrado que as instituições de saúde possuem. Como cita Feuerwerker (2007, p. 967), a atenção em saúde depende da conjugação do trabalho de vários profissionais. O cuidado recebido pelo paciente é produto de um grande número de pequenos cuidados parciais, que vão se complementando a partir da interação entre os vários cuidadores que atuam no hospital. A maior ou menor integralidade à atenção produzida é dependente dessa interação, para resultar em um cuidado coordenado, eficaz e de qualidade, como é o caso das crianças e adolescentes internados que, além do cuidado biomédico, necessitam de um cuidado integral para preservação dos seus direitos e de uma infância saudável em sua totalidade.

Segundo dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça, em setembro de 2021, 29.212 crianças e adolescentes encontram-se em situação de acolhimento institucional, sendo 3.405 no Rio Grande do Sul (CNJ, 2021). Isso aponta para o grande número de famílias que possuem algum tipo de dificuldade e que deveriam estar assistidas por programas do Estado, no sentido de prevenir a retirada da criança do seu núcleo familiar, independente do motivo, desde a falta de estrutura física, até o diagnóstico e tratamento de condições clínicas psicológicas e/ou psiquiátricas para garantir o bom desenvolvimento global do indivíduo de sua responsabilidade.

Frente às situações sociais adversas que assolam as famílias brasileiras, advindas de uma sociedade capitalista, que prioriza o capital e o lucro antes da garantia de boas condições de vida a todos os cidadãos, é responsabilidade da comunidade em geral atentar e entender os motivos que levam ao grande número de casos de acolhimento institucional das crianças. De acordo com Nascimento (2008):

Embora, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, não seja mais possível retirar o poder familiar sob a alegação de pobreza, são os pobres que continuam a perder seus filhos por determinação do Estado, agora sob outras alegações: abandono, negligência, maus-tratos. Essas situações são associadas a uma incompetência dos pais para cuidar de seus filhos. Enfim, criminaliza-se a família ao transformar relações sociais em problemas

individuais, na medida em que a questão estrutural do capitalismo neoliberal, as relações de poder contemporâneas e a privação de direitos são descartadas nas análises explicativas de tais ocorrências. (NASCIMENTO, et al., 2008)

O presente estudo busca analisar e refletir o papel que a equipe multiprofissional e, conseqüentemente, cada núcleo profissional de um Hospital público e universitário, integrante da rede de hospitais universitários do Ministério da Educação (MEC) e vinculado academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), reconhecido mundialmente pelos seus serviços fornecidos em saúde, presta no processo de acolhimento institucional das crianças atendidas (HCPA, 2021), objetivando responder a questão problema de pesquisa, a qual foi “qual o papel da equipe multiprofissional do HCPA no processo de acolhimento institucional das crianças e adolescentes internados?”. Trata-se de uma temática que envolve uma tomada de decisão complexa, advinda de uma realidade social com múltiplas questões e conseqüências para a vida dos pacientes envolvidos, que é o caso do acolhimento institucional.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 QUESTÕES LEGAIS DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Sendo um dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar às crianças e aos adolescentes a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990), o HCPA exerce papel fundamental no que tange os direitos dos pacientes internados nos serviços de Pediatria e Neonatologia. Ao lidar com indivíduos advindos de diferentes realidades sociais e contando com profissionais de diferentes áreas, a instituição, além de proporcionar o cuidado biomédico, atua de forma a preservar a integridade física, psíquica e moral (BRASIL, 1990) do público assistido.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é protagonista no que diz respeito ao documento que rege o cuidado às crianças internadas. Este, sancionado em 13 de julho de 1990, é o principal documento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente. É considerado o símbolo da nova forma de se tratar a infância e a adolescência no país, levando em conta a proteção integral, na qual esse público é visto como sujeito de direito em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta (BRASIL, 2019).

Por ser referência quando o assunto são os direitos das crianças e adolescentes, o ECA atua como um dos documentos norteadores para a atuação dos campos Saúde da Criança e Atenção Materno Infantil no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, possibilitando à equipe multiprofissional atentar para os casos de violação dos direitos dos pacientes atendidos, como as situações de tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (BRASIL, 1990). Ao se deparar com tais situações, profissionais de diferentes áreas trabalham de forma interdisciplinar para melhor fornecer auxílio às famílias das crianças e preservar seus direitos de forma integral. Essa equipe possibilita às famílias informações e encaminhamentos para que as crianças sejam assistidas de forma global e permaneçam no núcleo familiar. Nesse mesmo sentido, surge o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, fundamentado primordialmente na prevenção ao rompimento dos vínculos familiares (BRASIL, 2006). Quando são esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa (BRASIL, 1990), opta-se pela possibilidade de acolhimento institucional. Este, deve

ser temporário e excepcional (BRASIL, 1990), objetivando o retorno ao convívio familiar o mais breve possível.

Outro documento que embasa a atuação de gestores é a Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências, elaborado pelo Ministério da Saúde (2010). Este, serve de suporte para a atuação dos trabalhadores, apresentando orientações que propõem sensibilizar os gestores e profissionais de saúde para uma ação contínua e permanente para a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes (BRASIL, 2010).

2.2 EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO HCPA E INTEGRALIDADE NO CUIDADO

Um dos grandes diferenciais do HCPA, que faz com que a instituição seja referência mundial na prestação de serviços de saúde, é a existência de uma equipe multiprofissional que presta assistência abrangendo diversas áreas (educação física, enfermagem, fonoaudiologia, física médica, bioquímica, biomedicina, pedagogia, medicina, nutrição, serviço social, psicologia, etc.), conforme a necessidade do paciente, e que atuam em diferentes setores da instituição, assegurando um atendimento integral à saúde. (HCPA, 2021)

Além de fornecer um cuidado integral em saúde, a equipe multiprofissional do HCPA tende a contribuir no que diz respeito às notificações de maus tratos e violações de direitos das crianças, tendo em vista que notificar e/ou denunciar essas suspeitas de violência é dever de todo cidadão e, conseqüentemente, de todo profissional que tem conhecimento de atos desta natureza. Nesse mesmo viés e na medida em que esses profissionais de saúde tornam-se conscientes sobre a importância do enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente, acaba por ser reduzido o ônus que a mesma causa à sociedade e, ainda, garante-se a proteção dos pacientes, ao mesmo tempo que se presta a assistência e os cuidados de saúde (ALVES et. al. 2013).

Ainda, no que diz respeito à importância da equipe multiprofissional na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNFCF) ressalta a necessidade do olhar atento dos profissionais que trabalham com esse público para o correto diagnóstico da necessidade de acolhimento institucional:

O afastamento da criança ou do adolescente da sua família de origem deve advir de uma recomendação técnica, a partir de um estudo diagnóstico, caso a caso, preferencialmente realizado por equipe interdisciplinar de instituição pública, ou, na sua falta, de outra instituição que detenha equipe técnica qualificada para tal. A realização deste estudo diagnóstico deve ser realizada em estreita articulação com a Justiça da Infância e da Juventude e o Ministério Público, de forma a subsidiar tal decisão. (BRASIL, 2006)

Ao analisar a prática multiprofissional no âmbito hospitalar, nota-se a grande necessidade da prestação de serviços em caráter interdisciplinar, onde uma profissão debate e articula com as outras, para garantir a integralidade na assistência, caracterizada como o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema (BRASIL, 1990). Para isso, percebe-se que o trabalho coletivo exige uma proposta de trabalho multiprofissional e interdisciplinar que compreenda a totalidade dos sujeitos atendidos, por meio das especificidades de cada profissão (FELIX, 2019). Nesse mesmo viés, ressalta-se a importância do trabalho coletivo:

No campo da saúde, é frequente que os processos de trabalho sejam operados por equipes multiprofissionais, e verifica-se que há maior qualidade do trabalho e melhor alcance das finalidades quando esses processos são executados a partir de um trabalho interprofissional. (FAGUNDES; WÜNSCH, 2020, p. 10)

Ainda, cabe refletir que conceitos como a integralidade, trabalho em equipe multiprofissional, recuperação da dimensão cuidadora das práticas de saúde não são conceitos “pacíficos”, consensuais. Sua implementação implica mudanças nas relações de poder entre as profissões e nas relações de poder entre profissionais de saúde e usuários (FEUERWERKER, 2007). Daí a importância de entender e refletir como a equipe multiprofissional do Hospital articula-se e chega em consenso no que diz respeito à proteção dos pacientes internados.

2.3 SERVIÇOS DE PEDIATRIA E NEONATOLOGIA DO HCPA

Dentre os serviços médicos disponíveis em sua composição, o Hospital de Clínicas conta com especialidades que focam no atendimento de crianças e adolescentes demandantes de cuidados. A Pediatria e a Neonatologia, trabalhando de forma direta com esse público, são dois dos que priorizam, além do cuidado em saúde e doença, a atenção aos direitos das crianças. Esses serviços contam com equipe multiprofissional composta por educadores físicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, nutricionistas, psicólogos e assistentes sociais, que atuam para garantir o bem estar geral dos pacientes.

A Pediatria presta atendimento integral e humanizado a crianças e jovens de 0 a 18 anos de idade e suas famílias, nas áreas ambulatoriais e de internação. O foco do atendimento são crianças que necessitam de atenção de equipes multiprofissionais em várias especialidades médicas. A Neonatologia atende os nascimentos no Hospital em sala de parto e acompanha os recém-nascidos até a alta hospitalar, sejam eles saudáveis ou doentes na Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal ou na internação (HCPA, 2021). Um dos diferenciais dessas especialidades é contar com o Programa de Proteção à Criança, que atua no sentido de preservar os direitos dos pacientes internados.

2.4 PROGRAMA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA DO HCPA

O HCPA, indo além de sua Missão, promove uma série de ações voltadas à cidadania, humanização e sustentabilidade, caracterizadas como de responsabilidade social. Uma delas é o Programa de Proteção à Criança, abrangendo profissionais de diferentes áreas e que atuam de forma interdisciplinar, através de reuniões periódicas que colocam em discussão os casos específicos de violação dos direitos das crianças internadas e visam melhor auxiliar no tratamento e vida saudável (no amplo sentido) dos pacientes. Este, conta com equipe multidisciplinar que atende, avalia e encaminha casos com suspeita de violência. Essa equipe é composta por assistentes sociais, psicólogos, profissionais de educação física, pediatras, enfermeiros, agentes de saúde, psiquiatras, entre outros (HCPA, 2021). Alguns desses profissionais são capazes de intervir em momentos de risco, além de levarem informações importantes de um plano de atendimento individual para cada criança vítima de situações de violência, juntamente com os demais membros da equipe (MARQUES, 2011).

A notificação dos casos de suspeita e confirmação de violência identificados nas crianças assistidas dentro do Hospital deve ser realizada às instituições de vigilância em saúde:

A Portaria nº 1.271 de 06 de junho de 2014, em consonância com a Lei 6.259 de 30 de outubro de 19751, estabelece a comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada pelos médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública. (HABIGZANG, 2018, p. 32)

Além disso, no processo de notificação, as informações são coletadas por meio da Ficha Individual de Notificação (FIN), através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), junto ao Conselho Tutelar ou ao Juizado da Infância e Juventude de cada município, ressaltando a importância da possibilidade de rompimento do ciclo de violência e garantia de proteção às vítimas por meio da atuação dos órgãos de proteção (HABIGZANG, 2018, p. 32).

Quanto a isso, nota-se uma intervenção e preocupação de caráter social por parte da equipe constituinte do Programa, tendo em vista que, ao tratar os casos de violação de direitos das crianças, busca-se soluções dentro do contexto familiar, o que pode significar educação dos pais e/ou responsáveis, integração em programas públicos que forneçam suporte às famílias com dificuldades sociais diversas e a não atuação de forma punitivista. Nesse sentido, surgem os Programas de Apoio Sócio-Familiar, que devem articular-se com os serviços especializados de prestação de cuidados alternativos e garantir a continuidade do acompanhamento da criança ou do adolescente e de sua família, durante o período de acolhimento e após a reintegração à família de origem (BRASIL, 2006).

3 JUSTIFICATIVA

Atendendo pacientes pediátricos e neonatos advindos de diferentes realidades sociais, o HCPA, dentre tantas funções, atua em direção à proteção dos direitos das crianças e adolescentes internados. A equipe multiprofissional, através de reuniões periódicas e de alinhamento, discute caso a caso para proporcionar o melhor atendimento possível. Equipe esta composta por assistentes sociais, educadores físicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, psicólogos... Em situações onde seus direitos são violados por parte dos familiares e/ou responsáveis (falta de infraestrutura em casa, abuso sexual, abuso psicológico, indisponibilidade emocional dos responsáveis, irresponsabilidade dos responsáveis...), os profissionais operam de forma conjunta para avaliar a necessidade de proteção da criança e também de possível acolhimento institucional dos mesmos, quando esgotadas todas as possibilidades de convívio familiar. No momento em que situações como essa acontecem, a equipe promove debates interdisciplinares para tomada de decisão e posterior notificação. Esta, deve ser realizada junto ao Conselho Tutelar ou ao Juizado da Infância e Juventude (HABIGZANG, 2018).

Dessa forma, destaca-se o papel dos serviços de pediatria e neonatologia e da necessidade da atuação interdisciplinar dentro do âmbito hospitalar para a preservação do bem estar, do lazer, da humanização e, principalmente, da garantia de que as crianças estarão inseridas em um meio favorável a uma infância saudável. Nesse sentido, fica evidente a importância de analisar a maneira com a qual a equipe multiprofissional intervém no processo de institucionalização dos pacientes atendidos, a fim de promover reflexões voltadas à contribuição do Hospital na preservação dos direitos das crianças e adolescentes.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o papel da equipe multiprofissional do HCPA no processo de acolhimento institucional das crianças e adolescentes internados.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o papel da equipe multiprofissional, a partir do trabalho interprofissional e intersetorial, nas situações de acolhimento institucional;
- Evidenciar os desafios da equipe multiprofissional diante de situações de acolhimento institucional;
- Demonstrar a contribuição da equipe multiprofissional para a materialização do Estatuto da Criança e adolescente - ECA.

5 MÉTODOS

5.1 TIPO DE ESTUDO

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória descritiva. A pesquisa qualitativa aqui proposta preocupou-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA; 2009). No presente trabalho, o material de compreensão e explicação é o papel da equipe multiprofissional no processo de acolhimento institucional das crianças e adolescentes internados no HCPA. Ainda, como cita Gherhardt e Silveira (2009):

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. (GERHARDT; SILVEIRA; 2009, p. 31)

Com a pesquisa exploratória, buscou-se proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (papel da equipe multiprofissional no processo de acolhimento institucional). Além disso, por se tratar de uma pesquisa descritiva, apresentou como um dos objetivos a descrição das características de determinada população, nesse caso específico, o papel da equipe multiprofissional na institucionalização das crianças e adolescentes internados. De acordo com Gil (2008, p.28), as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

5.2 LOCAL

HCPA, Rua Ramiro Barcelos, 2350, bairro Santa Cecília, Porto Alegre - Rio Grande do Sul, 90035-903. Trata-se de uma instituição pública e universitária, integrante da rede de hospitais universitários do Ministério da Educação (MEC) e vinculada academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A entrevista com os participantes

ocorreu na sala 843 do Serviço de Educação Física e Terapia Ocupacional, localizada no oitavo andar do Bloco A da instituição.

5.3 PARTICIPANTES

Profissionais atuantes nos serviços de Pediatria e Neonatologia do HCPA. Foram selecionados 1 profissional de cada núcleo (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Psicologia, Serviço Social) de cada serviço.

5.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

5.4.1 - Critérios de Inclusão

- Profissionais (contratados ou residentes) atuantes, no mínimo por 6 meses, no serviço de Pediatria e Neonatologia, que tenham atendido casos de crianças em processo de acolhimento institucional.

5.4.2 - Critérios de Exclusão

- Profissionais do HCPA atuantes por menos de 6 meses;
- Profissionais do HCPA que não atenderam casos de acolhimento institucional das crianças internadas.

5.5 PROCEDIMENTO E COLETA DOS DADOS

Entrevista individual e semiestruturada, com roteiro de perguntas (APÊNDICE B), permitindo que o entrevistador possa incluir novas questões para obter informações. Na entrevista semiestruturada, o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal (GERHARDT; SILVEIRA; 2009). O roteiro contou com questões abertas, onde o informante respondeu livremente, da forma que desejou, e fechadas, em que o informante deveria escolher uma resposta entre as constantes de uma lista predeterminada, indicando aquela que melhor correspondia à que desejava fornecer (GHERHARDT; SILVEIRA; 2009).

Para a seleção dos participantes, foi enviado um E-mail para a chefia de cada núcleo componente da equipe multiprofissional do HCPA (APÊNDICE C), solicitando encaminhamento de um convite para os profissionais da área e atuantes nos serviços de

Neonatologia e Pediatria, fazendo parte da equipe por pelo menos 6 meses antecedentes ao início desta pesquisa e que tenham realizado atendimento de crianças em situação de acolhimento institucional, para participarem da entrevista. No caso do serviço onde não havia algum profissional específico, como é o caso da Educação Física na Neonatologia, apenas um profissional participou, pela atuação na Pediatria. Após realização do convite, foram aguardados os voluntários entrarem em contato com a pesquisadora através do E-mail institucional. Nos casos de interesse de mais de um profissional por núcleo, foi realizado sorteio dos mesmos. Selecionados os profissionais, a pesquisadora entrou em contato com cada um deles através do E-mail institucional para o convite formal de participação na pesquisa.

Partindo da ideia de que os profissionais componentes da equipe multiprofissional do HCPA atuantes nessas duas especialidades são das áreas da Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Psicologia, Serviço Social, com base na descrição da equipe de cada serviço disponível no site do HCPA (2021), a expectativa de participantes na pesquisa foi de 18 profissionais, sendo 14 o número final, ou por falta de interesse de alguns núcleos, ou por público que não se enquadrou nos critérios de inclusão estabelecidos.

Para a coleta dos dados, foi marcado um horário em comum para pesquisador e entrevistado, onde os participantes preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A). A entrevista foi realizada na sala 843 do serviço de Educação Física e Terapia Ocupacional do HCPA, localizada no Bloco A, gravada com aparelho eletrônico pessoal e posterior análise dos dados e informações obtidas durante as questões abordadas com cada participante. As gravações coletadas e transcritas ficaram armazenadas em computador particular, em pasta do Google Drive, vinculadas aos E-mails institucionais das pesquisadoras, protegido por senha. Após conclusão do trabalho, foram deletadas.

5.6 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados se deu baseada na análise de conteúdo proposta por Moraes (1999), seguindo os passos de preparação das informações, unitarização ou transformação do conteúdo em unidades, categorização, descrição e interpretação. Entrevistados os participantes, os dados foram transcritos, através da escuta da gravação, em documento Microsoft Word para posterior análise. De acordo com Moraes (1999), a primeira das etapas

diz respeito ao preparo dos dados obtidos, que consiste na leitura de todos os materiais para tomar uma primeira decisão sobre quais deles efetivamente estão de acordo com os objetivos da pesquisa.

Dando seguimento, foi realizada a unitarização do conteúdo, onde o pesquisador releu os materiais para definir a unidade de análise, isolou-as e definiu o seu contexto, para identificar onde cada uma delas provinha e, assim, explorar de forma mais completa todo seu significado. O terceiro passo foi a categorização, onde os dados foram agrupados de acordo com a parte comum existente entre eles. Na etapa da descrição, foi realizada a comunicação do trabalho, ou seja, elaborou-se um texto síntese em que expressava o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas (MORAES, 1999). O último passo, a interpretação, se deu de forma a analisar o conteúdo, aprofundá-lo, compreendê-lo e inferir acerca dos resultados, através da escrita do artigo.

5.7 ASPECTOS ÉTICOS

Por se tratar de pesquisa que envolve seres humanos, para a realização das entrevistas foi firmado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, em consonância a Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, o projeto do trabalho aqui desenvolvido foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do HCPA.

Os voluntários de cada núcleo profissional foram convidados a participarem da pesquisa e, nos casos de aceite, preencherem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A). As entrevistas realizadas na sala 843 foram gravadas pela pesquisadora com o aceite dos participantes.

7. CONCLUSÃO

Através do Trabalho de Conclusão de Residência aqui apresentado, é imprescindível ressaltar a relevância da temática do acolhimento institucional dentro das instituições de saúde que prestam cuidado às crianças e adolescentes. Através das legislações estabelecidas e com objetivo de preservar os direitos desse público, é fundamental que profissionais da saúde de diferentes áreas estejam engajados e cientes da importância da materialização e incorporação do Estatuto da Criança e do Adolescente na prática assistencial. É ela que promoverá um cuidado global em saúde para este público, tanto abordado em definições que são referência mundial, tal como a da Organização Mundial da Saúde.

Ainda, refletir acerca da especificidade de cada núcleo profissional na constituição das equipes que atendem em instituições que são referência no cuidado em saúde para a composição de uma equipe multiprofissional que valoriza o trabalho interdisciplinar na resposta das suas demandas. É visível e já abordado em diversos estudos, inclusive citados nas referências do presente trabalho, a importância das equipes compostas por diferentes profissões, independente do local em que estejam inseridas. Difundir a existência das mesmas torna-se relevante e primordial para que a sua valorização seja expandida.

Dadas as informações apresentadas no trabalho exposto, conclui-se que a existência das residências multiprofissionais em saúde corroboram e materializam o aperfeiçoamento da atuação nas instituições parceiras, contribuindo, inclusive, para o rompimento do atendimento médico-centrado, ainda incorporado nas instituições de saúde. Ainda, reiterar a importância desse modelo de pós-graduação fornecido pelo Governo Federal, no sentido de fomentar o desenvolvimento do saber científico e das pesquisas em saúde, independente da sua temática.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. R.; ALVES, S. M. B.; ARAÚJO, A. P. S. A importância do enfrentamento da violência intrafamiliar contra criança e ao adolescente pela equipe multiprofissional de saúde: revisão de literatura. **Uninga Review**. Abr. Nº 14 (1). p. 26-36. 2013.

BRASIL. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 ago. 1990. Art. 4º, Art. 17, Art. 18, Art. 34, Art. 92,

BRASIL. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente, versão 2019**, p. 9.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização. 1 ed. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília - DF: Conanda, 2006.

CARACTERÍSTICAS. **Hospital de Clínicas de Porto Alegre**, 2021. Disponível em: <<https://www.hcpa.edu.br/institucional/institucional-apresentacao/institucional-apresentacao-caracteristicas>>. Acesso em: 12 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sna/index.jsp>>. Acesso em: 09 set. 2021.

FAGUNDES, A. S. WÜNSCH, D. S. Processos de trabalho coletivo em saúde e o trabalho do/a assistente social: os fios (in)visíveis que materializam o conceito ampliado de saúde. **Serviço Social & Saúde**. Campinas, SP. v. 19, p. 1-34, 2020.

FELIX, E.; SILVA, A. L. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: a compreensão da equipe multidisciplinar de saúde de um hospital de alta complexidade. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 25, n. 3, p. 186-202, set./dez. 2019.

FEUERWERKER, L. C. M.; CECÍLIO, L. C. O. O hospital e a formação em saúde: desafios atuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12 (4), 965 - 971, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo, editora Atlas, 2008.

HABIGZANG, L. F. **Manual de capacitação profissional para atendimentos em situações de violência**. Porto Alegre, PUCRS, 2018.

MARQUES, M. F. et al. O Programa de Proteção à Criança: uma proposta interdisciplinar na assistência a crianças em situação de violência. In: AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Artmed, Porto Alegre, 2011.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NASCIMENTO, M. L.; CUNHA, F. L.; VICENTE, L. M. D. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. **Psicologia Política** 14 (7), 2008.

NEONATOLOGIA. **Hospital de Clínicas de Porto Alegre**, 2021. Disponível em: <<https://www.hcpa.edu.br/assistencia-servicos-medicos-neonatalogia>>. Acesso em: 07 out. 2021.

OUTROS ATENDIMENTOS. **Hospital de Clínicas de Porto Alegre**, 2021. Disponível em: <<https://www.hcpa.edu.br/area-do-paciente-apresentacao/area-do-paciente-como-utilizar-nossos-servicos/area-do-paciente-como-utilizar-nossos-servicos-outros-atendimentos>>. Acesso em: 09 set. 2021.

PEDIATRIA. **Hospital de Clínicas de Porto Alegre**, 2021. Disponível em: <<https://www.hcpa.edu.br/assistencia-servicos-medicos-pediatria>>. Acesso em: 07 out. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, **Constitution of the World Health Organization**, Geneva, WHO, 1946.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto: Acolhimento institucional de crianças e adolescentes internados: papel da equipe multiprofissional de um hospital de alta complexidade

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa cujo objetivo é analisar a contribuição da equipe multiprofissional do Hospital de Clínicas de Porto Alegre na preservação dos direitos das crianças e adolescentes internados. Esta pesquisa está sendo realizada pelo Serviço de Educação Física da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Se você aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: aceite da participação, preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido, agendamento de data com pesquisadora responsável, entrevista com respostas das questões componentes da pesquisa, que será realizada na sala 843 do Bloco A do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e gravada para posterior transcrição e melhor interpretação dos dados, com gravações armazenadas em computador particular, em pasta do Google Drive, vinculado aos E-mails institucionais das pesquisadoras, protegido por senha. Após conclusão do trabalho, serão deletadas. Os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa serão o tempo despendido nas respostas da entrevista e o fato de que as informações fornecidas durante a coleta dos dados farão parte do Trabalho de Conclusão de Residência, podendo ser lidas pelos interessados no assunto. Reitero que em momento algum o seu nome constará no trabalho de pesquisa. Os possíveis benefícios decorrentes da participação na pesquisa não serão usufruídos de forma direta, porém proporcionarão reflexões e consequentes aprimoramentos no que diz respeito ao trabalho da equipe multiprofissional na proteção dos direitos das crianças e adolescentes internados. Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso você decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento, não haverá possíveis prejuízos profissionais ao vínculo institucional que você recebe ou possa vir a receber na instituição. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e você não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos, porém, poderá ser ressarcido por despesas decorrentes de sua participação cujos custos serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Caso ocorra alguma intercorrência ou dano, resultante de sua participação na pesquisa, você receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal. Os dados coletados durante a pesquisa serão sempre tratados confidencialmente. Os resultados serão apresentados de forma conjunta, sem a identificação dos participantes, ou seja, o seu nome não aparecerá na publicação dos resultados. Caso você tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Ângela d'Avila Harthmann, pelo E-mail institucional aharthmann@hcpa.edu.br, com a pesquisadora Alice Scussel, pelo E-mail institucional ascussel@hcpa.edu.br ou com o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), pelo telefone (51) 33596246 e E-mail: cep@hcpa.edu.br, ou na Av. Protásio Alves, 211 - Portão 4 - 5º andar do Bloco C - Rio Branco - Porto Alegre/RS, CEP 90410-000, de segunda à sexta, das 8h às 17h. Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma para o participante e outra para os pesquisadores.

Nome do participante da pesquisa:

Nome do pesquisador que aplicou o termo:

Assinatura:

Assinatura:

Local e data:

APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA COM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Data:

1. Qual o seu núcleo profissional?

Educação Física

Medicina

Enfermagem

Nutrição

Farmácia

Psicologia

Fisioterapia

Serviço Social

Fonoaudiologia

2. Em qual/quais serviços você atua?

Neonatologia

Pediatria

3. Qual o cargo que ocupa no HCPA?

Contratado

Residente

4. Você faz parte da equipe que compõe o Programa de Proteção à Criança?

Sim

Não

5. Através da sua experiência, como foi o seu envolvimento e o papel do seu núcleo profissional em casos de acolhimento institucional?

6. E qual foi o papel da equipe multiprofissional como um todo no processo de acolhimento institucional das crianças internadas?

7. Diante das situações vivenciadas, qual o maior desafio enfrentado pela equipe multiprofissional no processo de acolhimento institucional desse público?

APÊNDICE C - E-MAIL PARA AS CHEFIAS DOS NÚCLEOS PROFISSIONAIS

Bom dia, (chefe do núcleo profissional). Sou Alice Scussel, residente do núcleo de Educação Física no programa Saúde da Criança e estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Residência com o tema “Acolhimento institucional de crianças e adolescentes internados: papel da equipe multiprofissional de um hospital de alta complexidade”, que consiste em identificar o papel das equipes constituintes dos serviços de Neonatologia e Pediatria, a partir do trabalho interprofissional e intersetorial, nas situações de acolhimento institucional dos pacientes assistidos. Para isso, convido o núcleo de (educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, nutrição, psicologia, serviço social) para participar do estudo citado, liberando dois profissionais atuantes nos serviços mencionados para responderem as questões da entrevista que será realizada no dia combinado com as pesquisadoras. A entrevista será aplicada na sala 843 do serviço de Educação Física e Terapia Ocupacional. Solicito, ainda, que encaminhe este E-mail para os profissionais do núcleo atuantes nos serviços de Neonatologia e Pediatria, para voluntariado de participantes. Aqueles que demonstrarem interesse, poderão entrar em contato com a pesquisadora através do E-mail: ascussel@hcpa.edu.br e, em caso de núcleos com mais de um participante interessado, passarão por um processo de sorteio. Sendo selecionados, a pesquisadora entrará em contato através do E-mail institucional para formalizar o convite.

Seguem os critérios de inclusão e exclusão para seleção dos participantes:

Critérios de Inclusão

- Profissionais (contratados ou residentes) atuantes, no mínimo por 6 meses, no serviço de Pediatria e Neonatologia, que tenham atendido casos de crianças e adolescentes em processo de acolhimento institucional.

Critérios de Exclusão

- Profissionais do Hospital de Clínicas de Porto Alegre atuantes por menos de 6 meses;
- Profissionais do HCPA que não atenderam casos de acolhimento institucional das crianças e adolescentes internado.